



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS

ATA 09/2018

Aos onze dias do mês de julho de 2018 reuniram-se na Sala dos Conselhos, situada na Avenida Nestor Frederico Henn, 1645, em Vera Cruz, para reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde tendo os seguintes conselheiros, conforme registro no livro de presenças: Erich Schneider de Oliveira, Diego da Silveira Moura e sua suplente Iris Lenz Ziani, Elisane Baierle Correa suplente de Gilson Carlos Jaeger, Raquel Braga, Ana Paula Regert, Paula Barbian suplente de Liseana Palma Flores, Nelcinda Kern suplente de Janaina Cristina Ludtjohann da Cunha, Alfeu Hepp, Lígia Maria Rieck, Teresinha Fátima de Moura Machado e Sandro de Lima Schipper e participaram ainda Ivania Post Wassen, Cíntia Genehr e Gilberto Antônio Gobbi do Hospital Vera Cruz e Clair Tornquist, presidente da Fundação Dr. Jacob Blész. O conselheiro presidente, Erich Schneider de Oliveira, saudou os presentes, apresentou a pauta (Ata, Cist, FMS, Fátima conselheira, Prestação de contas HVC nota fiscal gaúcha serie 053, Alfeu, Diversos) e solicitou a conselheira suplente, Iris Lenz Ziani, realizar a leitura das atas nº 07 e nº 08. Iris fez a leitura das atas. Após lidas, o presidente colocou as atas em apreciação e as mesmas foram aprovadas por unanimidade pelos conselheiros presentes. Gilberto solicita a apalavra e esclarece que o atestado de pleno e regular funcionamento que o CMS deve fornecer, é meramente um documento formal exigido pelo Ministério da Saúde. O atestado não quer dizer que o CMS deva ter ciência de tudo que aconteça dentro do Hospital, o documento somente é para dizer que o hospital está aberto e funcionando. Antigamente quem fornecia era o prefeito e o delegado de polícia. Gilberto considera o documento totalmente desnecessário nos dias de hoje, pois são fornecidos mensalmente os dados pela informatização do sistema de saúde. Na sequência o presidente, relatou que a CIST se reuniu, e analisou a questão de participar no 9º Encontro Nacional de CISTT, mas segundo a Daniela por telefone relatou que a Secretária Liseana disse que o prefeito não libera recursos para a ida de um conselheiro para participar. Então como os conselheiros fazem um trabalho voluntário não tem como arcar com os recursos individualmente. O presidente coloca em apreciação um ofício a ser encaminhado ao executivo municipal solicitando que o técnico da Segurança da Saúde do Trabalho dos servidores municipais e /ou o responsável pela Segurança do Trabalhador, possa participar da reunião no dia 6 de agosto, às 8 horas, na Sala dos Conselhos para informar como são as medidas tomadas que objetivem a melhoria dos serviços de saúde do trabalhador público. Alfeu questiona que a prefeitura com um quadro extenso de funcionários e não ter uma pessoa responsável pela segurança do trabalho. Observou que os funcionários do município estavam realizando a poda em árvores sem nenhum equipamento de segurança. Erich relata que a CIST acompanha as empresas particulares, mas não tem conhecimento como funciona o serviço público. Erich lembrou que sempre a partir das 17 horas nos dias das reuniões ordinárias estão a disposição todos os documentos referente ao Fundo Municipal de Saúde, para conferência e análise dos conselheiros e caso alguém quer em outro horário deve solicitar na Sala dos conselhos, para organizar um espaço com os documentos. E gostaria muito da participação de mais conselheiros. Informou que na análise dos empenhos, com as notas e a relação dos empenhos por Fonte de Recursos pagos do mês de junho, foram empenhos pagos do Fundo de Saúde, referente ao mês, o montante R\$ 949.085,53 (novecentos e quarenta e nove mil, oitenta e cinco reais e cinquenta e três centavos). Os conselheiros aprovaram o mês de junho. Diego complementa que o montante foi menos, pois não houve aquisição de medicamentos no mês de junho e com isso o valor fica bem reduzido. Erich solicita a Teresinha Fátima relatar a sua participação na Plenária Macrorregional Vales de Conselhos de Saúde. Fátima relata que houve pouca participação de conselheiros, estavam presentes somente Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz. Foi tratado e levantado a questão do funcionamento do Conselho Regional de Saúde. Relatou que existe o boato que a CEREST irá fechar, atualmente tens uns vinte usuários de Vera Cruz sendo atendidos. Fátima diz que os recursos não estão sendo repassados para o CEREST. Diego ressalta que já faz tempo que estão contra referenciando aos municípios os usuários. Fátima diz que o município de Santa Cruz também não quer mais assumir o serviço regional, pois já tem implantado o serviço municipal. Atualmente, a maioria dos atendimentos são do município de Vera Cruz. Prosseguindo, Erich apresenta para apreciação a prestação de contas do Plano de Aplicação da Etapa 53 da Nota Fiscal Gaúcha da Fundação Dr. Jacob Blész, num montante de R\$ 4.850,97 (quatro mil, oitocentos e cinquenta reais e noventa e sete centavos), para aquisição de Medicamentos e Materiais Hospitalares. Após ser analisado os conselheiros presentes aprovaram

por unanimidade a prestação de contas. Prosseguindo Alfeu relata a indignação de usuários que uma pediatra do Plantão do Hospital prescreve medicamentos originais e não genéricos. Isso vem se repetindo constantemente. Gilberto relata que pode verificar e orientar no HVC, mas que os médicos tem autonomia no que prescrevem. Gilberto salienta que sempre foi favorável aos remédios genéricos. Tentará conversar com o médico, mas não tem ingerência sobre o assunto. Ana Paula diz que o paciente tem a receita e tem a liberdade de comprar genérico. Diego, relata que como farmacêutico e defensor da saúde básica, constará que a prescrição de medicamentos originais por parte plantonistas não é decorrente de um único profissional médico e sim uma prática comum a classe médica. Acha que isso deve ser avaliado o porquê disso acontecer no plantão. Explica como é a lista dos medicamentos enquadrados no SUS, através de uma lista dos princípios ativos. Sabe que é uma luta para que a legislação preconizada pelo SUS seja utilizada por todos Temos que considerar que existe uma conduta profissional instituída pelo tempo Hoje, há necessidade de ser avaliada isso para termos maior resolutividade evitando assim o retrabalho e a não economicidade. Nos estabelecimentos de atendimento do SUS isso já é preconizado através dos princípios ativos. Gilberto relata que uma farmácia tem mais lucro nos medicamentos genéricos do que nos originais. Diego ressalta que se deve ter uma visão do estado clínico do paciente, pois a visão somente administrativa e da economicidade não tem resolutividade e muito menos economicidade. Raquel ressalta que isso também acontece na questão das fisioterapias também, pois muitas vezes, por exemplo, as três sessões mensais de fisioterapia não tem resolutividade na cura. Deveria ter uma avaliação mais criteriosa no fornecimento das sessões de fisioterapia quanta a quantidade e frequência para serem mais resolutivas. Diego diz que a regulação já está avaliando a questão das fisioterapias, inclusive as domiciliares. Ivânia diz que o Hospital está tomando providências a implantação do receituário eletrônico, mas irá demorar pois é um processo lento de adesão. Cíntia toma a palavra e agradece pelos esclarecimentos feitos pelo Diego na parte dos medicamentos e legislação pertinente, mas queria retomar que num tempo atrás tinha o PRONIM onde todos os serviços de saúde estavam interligadas e hoje não tem mais. Cíntia coloca que houve 2070 atendimentos no HVC sem contar as crianças. Diego retoma e fala sobre o Sistema de Informatização da saúde onde se esta migrando para o E-SUS, pois é gratuito e interligado ao governo federal, com isso está rescindindo o contrato com o Pronim. Explica as vantagens do E-SUS e as desvantagens do PRONIM. Sandro traz a questão da problemática do transporte para os atendimentos no C-Ame - CAPS ij e o Conselho Tutelar não tem competência de transportar. Solicita que o CMS faça um ofício solicitando providências quanto ao transporte. Diego explica que na semana passada organizaram a questão do transporte para que tenha dois dias. Diego coloca que se há necessidade deveria ser oficiado. Erich coloca que Sandro faça um ofício contando todas as questões da problemática do transporte de pacientes e a partir o CMS notifique a SMS. Diego relata que o ideal seria ter um motorista todos os dias, o problema é geral. Ana Paula também relata a questão da problemática do transporte nos internações. Diego relata que é uma questão que deve ser feita uma discussão ampliada entre o HVC, a SMS, a promotoria e o CMS para que se elaborem critérios claras na questão do transporte dos pacientes. Ficou definido que será criado um acordo com critérios do fluxograma do transporte entre a promotoria, Hospital, SMS e CMS, de forma clara para que não tenha problemas e regularize a situação. Clair toma a palavra e esclarece as medidas tomadas na Fundação Dr. Jacob Blész. Gilberto pede a palavra e se coloca a disposição do CMS e relata que está se inteirando da filosofia do HVC e coloca que todos estão cientes das dificuldades financeiras do HVC, inclusive hoje esteve na Caixa Federal para buscar soluções de parceria e assim colocar em dia os salários dos colaboradores. Também não entende porque o HVC não está no Plano Regional de Pactuação da Saúde, e porque não consta como porta aberta de entrada se tem SAMU, tem Plantão, mas isso é uma luta junto ao estado que deve ser avançado. Diego retoma e esclarece que já tem o farmacêutico responsável pela farmácia pública. A próxima reunião ordinária ficou agendada para o dia 08 de agosto, na Sala dos Conselhos. Sem mais nada a tratar o presidente Erich encerrou a reunião ordinária, e eu, Iris Lenz Ziani, conselheira suplente, lavro a presente ata que após aprovada será assinada por mim, pelo presidente e demais conselheiros. Vera Cruz, 11 de julho de 2018.

ERICH SCHNEIDER DE OLIVEIRA
Presidente do CMS 2018-2019